

A BATALHA

DIARIO DA MANHÃ

Redactor principal — CARLOS JOSÉ DE SOUSA



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI — Número 1.779

Quinta-feira, 11 de Setembro de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Caçada de Cobre, 38-A, 2.º Lisboa — PORTUGAL

TELEFONE — 5339-C

Oficinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 a 118

Editor — Carlos Maria Coelho

A BATALHA publicará
em breve uma série de ar-
tigos sobre assuntos co-
loniais, financeiros e po-
líticos que causará as-
sombro e sensação

A sociedade das nações

A 6.ª assembleia plenária da Sociedade das Nações está condenada ao mesmo insucesso das anteriores. Os problemas postos, entre os quais avulta o do desarmamento, relacionado com o projeto da assistência mútua em caso de agressão, ficarão sem solução. Entre outras razões de ineficácia desta assembleia há a notar o facto da ausência de três das maiores nações do mundo: a Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos.

A responsabilidade da impotência e da inutilidade da S. D. N. cabe unicamente aos aliados que, aproveitando-se do prestígio e da influência que lhes resultou de terem ganho a guerra impuseram a constituição do novo organismo tais condições que o tornaram de nascença defeituoso. Por outro lado, a sistemática oposição à entrada da Alemanha e da Rússia, não podia deixar de retardar um entendimento entre todas as nações.

A Sociedade das Nações aparece, desde o seu inicio, com um carácter sectarista pronunciado. Não era, evidentemente, o melhor processo de trabalhar para a paz do mundo, estabelecer tão nitidamente a divisão entre vencedores e vencidos, ficando estes de fora da organização internacional e criando-se ainda outra causa de divisão, a da hostilidade à Rússia.

Além do tudo isto há acentuar ainda que a S. D. N. não é uma federação de povos, mas, quando muito, um entendimento de governos. O que eles resolvem, nem sempre corresponde às aspirações dos países que pretendem representar, dentro das disposições políticas dominantes, como se os governos fossem uma legítima representação das populações, elas que não são mais do que elementos de oposição às suas libres e naturais aspirações.

Vê-se pois que o problema da pacificação universal comporta também o da anulação de todos os excessivos pruridos autoritários, que a solidariedade das nações cada vez exclui mais a ideia de culto da força. Para isso basta considerar que o que tornou possível o entendimento último entre a Alemanha e a França foi ter-se tornado menos conservador o povo inglês e ter-se na França dado um fenômeno idêntico. O autoritarismo não pode ser uma fórmula de aproximação e de coesão. Isso mesmo que se dá com os indivíduos que só o auxílio mútuo reúne tem de dar-se evidentemente com as nações. E é isso que ficará da lição dos factos e que a humanidade virá a aproveitar.

Nesta conferência sobre o projeto do tratado de assistência mútua, em caso de agressão já o sr. Mac Donald se pronunciou, regeando-o, em nome da Inglaterra. Mussolini aceitou-o, mas com grandes reservas, o que fez por carata, pois receando o acolhimento que poderia ter na assembleia não atreveu a aparecer pessoalmente.

Todos querem o desarmamento... dos outros, entendendo que cada nação tem de ter os seus elementos de defesa, enquanto não tiver a segurança por parte dum forte organismo militar internacional de que será defendida. Está-se a ver o que seria um

A SITUAÇÃO EM MARROCOS

Como previa no meu último artigo, Primo de Rivera não conseguiu modificar a situação das tropas espanholas no sector de Tetuão. Esta situação agrava-se depois da chegada do presidente do Directório.

As últimas notícias confirmam a retirada das colunas dos generais, Serrano e Riquelme, que operavam na região de Tetuão, outra tanto acontece com a coluna de Xuen.

Por ordem de Primo de Rivera a população civil abandona Tetuão; Xuen está completamente cercada pelos mouros. É difícil prever qual será a desfeita das três colunas que ora batem em retirada. São 43.000 homens, aniquilados pelas fadigas dos últimos combates, e pela malaria que tem feito sentir seus terríveis efeitos.

Conseguiu estas colunas o seu objetivo?

E' fácil que sejam aniquiladas antes de chegar a Ceuta e Melilla, o desastre então assumiria proporções formidáveis.

Primo de Rivera, desorientado, perante situação tam crítica, publica proclamações ao povo e ao exército.

Nestas notícias reconhece a superioridade dos mouros, mas aconsela aos soldados que façam boa pontaria e não deixem que os mouros lhes tomem as armas que serviram para combater os espanhóis.

Ameaça também com penas severíssimas, os que se insubordinarem contra os seus chefes. Ele mesmo se contradiz quando afirma depois em nota oficial enviada a Madrid, que a retirada obedece a um plano estudado pelo directório.

De Madrid comunicam a prisão de dois generais e o diário oficial publica um decreto ordenando que passe à reserva o general Groude há dias destituído do comando da praça de Tetuão.

A situação é róis gravíssima.

A censura impede que se saiba o que acontece na Espanha. Sabe-se entretanto que os animos estão muito excitados com este novo desastre, que tantas vidas tem custado.

No dia 13 pensava Primo de Rivera, comemorar solemnemente o aniversário do directório e como era a ruína total da monarquia espanhola, salvando esse íntimo povo das garras brutais do militarismo.

O momento é decisivo. Esperemos o desenrolar dos acontecimentos. Elas devem ir da sorte da Espanha.

Manuel PERES

Os mouros às portas de Tetuão — 6.000 homens em risco — A cidade Xauen totalmente cercada — Inúmeras perdas

LONDRES, 10. — Parece que a situação de que as forças que operam na região de Tetuão é de

Porta-voz da Organização Operária Portuguesa
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
ANO VI — Número 1.779
Quinta-feira, 11 de Setembro de 1924
PREÇO — 30 CENTAVOS

NOS CAMINHOS DE FERRO DO SUL E SUESTE

Os meios indispensáveis para o seu desenvolvimento

estão em poder do Estado, que os deve empregar, para que ao menos o povo tenha meios de comunicação ferroviária. — Em vez de salvar os seus Caminhos de Ferro, o Estado protege com o dinheiro do povo, os bancos e as empresas capitalistas e exploradoras. — Sem administração e sem direcção técnica, não há rede ferroviária que se mantenha organizada

Sem uma boa e rigorosa administração, apoia danamente a direcção técnica que consiga equilibrar a situação presente, aproveitando todos os elementos que ainda possam ser utilizados, nada de prático se conseguirá nos Caminhos de Ferro do Estado. Para que isso se efetue, é indispensável que a administração económica e financeira das redes ferroviárias do Estado seja exercida por

membros de Ferro do Estado, fazendo-os substituir por engenheiros que conseguem o serviço ferroviário, visto os que ainda ali se encontram, estarem apenas contribuindo para a desmoralização do pessoal e falência da administração, desvalendo as poucas probabilidades que ainda há para modificar a situação.

O mesmo procedimento deve haver para com os engenheiros que estão à

mais de 100 ou 150 mil contos que os Caminhos de Ferro carecem para o seu desenvolvimento, é rematada loucura só própria dos indivíduos que têm dirigido os referidos Caminhos de Ferro do Estado.

Posto em prática o primeiro acto que pode contribuir para fazer terminar o mal nos Caminhos de Ferro do Estado, deve seguir-se-lhe o mais importante, porque deles depende a solução completa do problema ferroviário em Portugal.

É sabido e *A Batalha* disse-o, que é preciso renovar a via, em quase toda a rede do Sul e Sueste. Que é indispensável elevar o número de locomotivas que actualmente existem, que é de 93, a mais 40 % pelo menos, mas de forma que sejam todas utilizáveis. Que a percentagem dos vagões existentes tem de ser elevada também a uns 45 %, que o material para passageiros deve da mesma forma ser elevado a mais uns 20 %. Isto não falando nas necessidades futuras, que virão com a abertura de novas linhas, e que exigirão — segundo a já referida Comissão Técnica — que o efectivo do material de tracção e circulação, seja elevado a 200 locomotivas, 3.000 vagões e 300 carruagens.

É urgentíssima a conclusão das novas oficinas, são indispensáveis as construções de edifícios para habitação do pessoal e renovação das estações. Há que garantir, com pagamentos integrais, os fornecimentos de carvão, óleos, etc., para que o serviço se mantenha regular. E além disto tem de se realizar uma série de modificações e trabalhos técnicos, indispensáveis, para garantir todos os serviços, incluindo nêles a conclusão dos troços em construção.

Sem isto os Caminhos de Ferro do Estado continuariam a arrastando uma vida de necessidades e de abandono e o público não poderá contar com uma rede ferroviária para o servir no Sul do país.

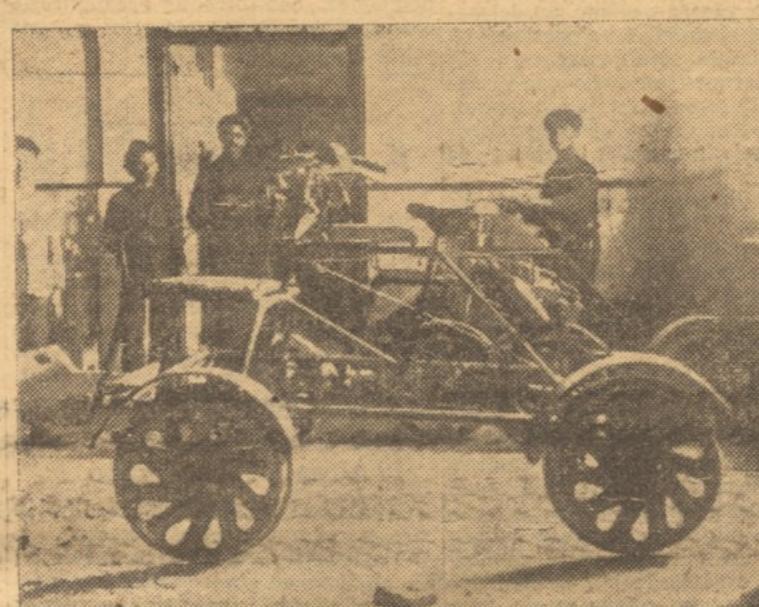
Logo, as modificações apontadas imponem-se. Para as realizar porém, é preciso dinheiro e as receitas do Sul e Sueste são insuficientes para atender à despesa normal, porque o seu desenvolvimento do seu tráfego as reduziu e tornou insuficientes.

O remédio eficaz que curará todo o mal de que os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste enfermam, está unicamente na verba que lhe deve ser atribuída e entregue pelo Estado. Sem que o Estado

aplique nos seus Caminhos de Ferro as implicações que deve aplicar, por mais elevadas que sejam, nada o mesmo Estado poderá conseguir deles e muito menos o público, que continua sendo os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

que qualquer empresa ao tomar dêles conta, tomará por base o desenvolvimento que os nossos Caminhos de Ferro virão a ter e, partindo do princípio de que sem os dotar com os elementos indispensáveis eles não poderão dar compensação alguma, empregaria nêles todas as somas necessárias para os modificar, vindos a encontrar dentro de poucos tempos o resultado útil do emprego desse capital. O contrário é que não pode ser.

Uma empresa que quisesse explorar os Caminhos de Ferro que com isso compensa num pouco, o povo, das ignorantes extorsões que lhe faz constantemente.



Moto-draízine para serviço médico

quem possua as indispensáveis qualidades morais e de inteligência, reunidas a ser colocados nos serviços a que pertence, e não nalguns que ainda agora ação administrativa em tão importante serviço público, exige. Indispensável é também que a direcção dos serviços seja entregue a um engenheiro de reconhecida capacidade técnica, cuja ação se exerce em todos os sentidos, quer em relação à execução do serviço, quer em relação às condições de trabalho e estabilidade do pessoal.

Para que tanto da administração como a direcção técnicas, resultem visíveis vantagens no desenvolvimento dos Caminhos de Ferro, devem a frente das várias secções de serviço, serem colocados engenheiros que conheçam as especialidades que vão dirigir e que pela sua competência e correcta conduta, consigam conquistar a colaboração profissional do pessoal.

Por consequência, a primeira coisa a fazer para que ainda se salve o que existe no Sul e Sueste, é demitir imediatamente todos os indivíduos que estão à frente da Administração Geral dos Caminhos de Ferro.

Para um engenheiro pode dirigir

cabalmente umas oficinas, com a importância que já actualmente têm os do Barreiro, precisa, independentemente das suas conhecimentos técnicos da especificidade, ter uma longa prática adquirida nas próprias oficinas ou noutras semelhantes. Sem outra prática, qualquer que exerça as funções de chefe, tem necessariamente de se entregar nas mãos dos subordinados, com desrespeito da sua autoridade e prejuízo da boa execução dos serviços.

Ora, é precisamente isto que se dá com os engenheiros que presentemente desempenham as funções de chefes de serviços no Sul e Sueste e, por isso

devem ser substituídos por engenheiros que sejam, nada o mesmo Estado poderá conseguir deles e muito menos o público, que continua sendo os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

que os leitores soubessem...

Se os leitores soubessem... Se soubessem o tenebroso acordo que originou a nomeação do novo alto comissário em Angola... Se soubessem, se conhecessem os meandros da vida e da fortuna de Venâncio Guimarães, um dos conselheiros do novo alto comissário.

Se soubessem, se pudesse avaliar o cinismo com que nos bastidores da alta política e da alta finanças se perpetra a venda da África ao estrangeiro...

Se soubessem, se conhecessem alguns quadros ou algumas sécias dessas horríveis tragédias de escravatura, que ainda hoje se representam em Angola... Se soubessem, se pudesse avaliar o cinismo com que nos bastidores da alta política e da alta finanças se perpetra a venda da África ao estrangeiro...

Se os leitores soubessem, se conhecessem os escuros, o que a imprensa burguesa não diz, da vida política do sr. Francisco Régio Chaves novo alto comissário da República em Angola...

Se os leitores soubessem o que dentro em breve, logo que completemos a nossa documentação, tornaremos público...

Ah, se os leitores soubessem...

cerca de 6.000 homens correm o perigo de serem envolvidos.

O general Primo de Rivera está disposto a que a população civil evague a cidade de Tetuão.

Os últimos ataques mouros contra esta cidade foram repelidos.

A cidade de Xauen encontrava-se totalmente cercada.

As tropas espanholas tiveram nos últimos combates enormes perdas, cuja cifra exacta se desconhece por se não terem publicado todas as listas.

Astropas espanholas fogem... em boa ordem

TANGER, 10. — Os rifeiros repeliram as fôrças espanholas em Sókellar. Esta pôsto entre Tetuão e Sheshwan.

estava guarnecido por pequenas forças de tropas do Raisuli que não tendo feito

a devida oposição aos rifeiros, obrigaram a guarnição espanhola a evacuar o pôsto, o que foi feito em boa ordem.

Rivera a esgrime com a espada de papelão...

MADRID, 10. — O General Magaz recebeu um telegrama do general Primo de Rivera em que este dá detalhes sobre o plano de operações que tentava levar a cabo em Marrocos e em que diz que o espirito das tropas é excelente.

Um combóio blindado atacado

Tetuão, 10. — Saíu desportivo grande entusiasmo entre o proletariado o passeio fluvial em benefício de *A Batalha*.

Está desportivo grande entusiasmo entre o proletariado o passeio fluvial em benefício de *A Batalha* que a co-

operativa dos Caixeiros promove para o dia 28 de outubro.

Como já dissemos haverá uma paragem no Porto Brandão, estando pre-

parados excelentes atrações que dei-

xirão gratas recordações em todos os

que no passeio tomarem parte.

Ler o folhetim na 4.ª página

PAPÃO BOLXEVISTA

Dos cartazes de Sobral de Adriça aos sôvietes alentejanos. — Da moeda da C. G. T. ás consequências fatais do ensino do Esperanto. — Dos planos do Beato ás combinações com a Rússia. — Dos bolxevistas disfarçados em crianças de mama ao envio de emissários ao estrangeiro. — Das fantasias da «Epoca» ás verdades de *A Batalha*

Prospectos entregues de mão, vendendo a consciência aos bocata nota que apareceram afixados na Aldeia do Sobral d'Adriça uns cartazes subversivos...

O desagradado jornalista da «Epoca» agarrou em ninharias, pelas quenças fases da vida associativa e do partido comunista meteu tudo num almofariz e retirou por si, ao cabo de muito trabalho, um «complot» vermelho, pronto a derrubar num momento o regime capitalista.

Como ainda há quem esteja absolutamente convencido de que os sindicalistas e os comunistas são uns bicharões ferozes que bebem o sangue das crianças e devoram, em bárbaros festins postos de carne humana — vê de aterrorizar o pacífico católico que, todos as manhãs, de pantufas, leva a Epoca, convencido de que lhe leva a casa a expressão da verdade — aquela verdade pura e divina que inspira os artigos nebulosos de «grande» jornalista Nemo.

Do almofariz do articulista católico, saiu uma conspiração que mais lembra uma salada russa do que um plano de Moscóvia. Sindicais, comunistas, anarquistas, radicais e esperantistas, segundo o jocoso periodista, fazem por todo o país uma propaganda formidável, arr

REATANDO A MARCHA

A ORGANIZAÇÃO GRAFICA
desperta e prepara-se para a luta

Conversando com o secretário geral da Federação do Livro e do Jornal

Atraiu a nossa atenção pela última convocação da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, que em reunião do seu conselho central iria tratar um plano de trabalhos cuja larguezza de vistas nos surpreendeu, pois já há tempos que aquele organismo era presa dum estranha apatia, procuramos ouvir alguém que nos pudesse informar mais detalhadamente sobre as intenções que presidiam à realização dos ditos trabalhos.

Dirigindo-se à sede da Federação, na rua António Maria Cardoso, onde desparamos o seu secretário geral, que nesse momento, precisamente, coligia documentos respeitantes ao assunto que sól nos levava.

— Com que então os gráficos me... —

Suspensão ligeira no movimento da papela entre mãos e repelindo a pregação:

— Os gráficos mechem-se, ou melhor, devem começar agora a mecher-se. De resto não é seu tempo, porquanto os últimos anos têm sido dum estado de espírito lamentável que não se justifica em classes com o passado de vitalidade que as mesmas demonstraram. No entanto o período agudo vai terminar e o proletariado da gráfica voltará a ocupar o seu lugar nas fileiras da organização operária, e para a consecução desse trabalho e que estamos a organizar a série de conferências inter-sindicais gráficas, de que já alguma coisa tem vindo a lume.

— E essas conferências são realizadas no sentido de... —

O nosso interlocutor atalha rapidamente:

— No sentido de agir toda a organização gráfica, fazendo a desesperar da profunda letargia em que tem jazido há já um par de anos. De resto, é ainda necessário remodelar um pouco a estrutura da nossa organização, dotando-a com algumas estruturas orgânicas que lhe são necessárias; rectificar pontos de vista que perdem a sua acuidade com a evolução da lista de classes, etc.

— E quais são as características que

tencionais imprimir a essa reunião das magnas do operariado gráfico?

— Dado o estado caótico em que actualmente se debatem os organismos gráficos, e que não permite uma maior obra de propaganda, resolvemos realizar apenas três conferências, uma em Lisboa, que englobará a organização local e das localidades limítrofes; outra no Porto, que levará até àquela cidade os sindicatos ou delegacias de Coimbra, Braga, Viana do Castelo, Guimarães, Famalicão, etc., e a terceira a realizar num centro papelero de maior expansão, que ainda não temos assente, e que tratará exclusivamente de assuntos respeitantes a esta especialidade federada.

— Por uma das vossas notas, enviadas à imprensa, observámos que o sistema de representação nessas conferências é... —

— E por oficinas, fábricas, enfi, os lugares de trabalho, e isto para que toda a família gráfica seja directamente interessada nos trabalhos que lhe dizem respeito, fazendo puro sindicalismo, pela expressão direta das células de produção derivando para os seus organismos centrais.

— Quando realizam essas conferências?

— A de Lisboa, tecionamos levá-la à prática em meados de Outubro próximo, para cujo efeito contamos com o esforço e boa vontade de todas as classes, quer nas respostas aos trabalhos que lhe vamos enviar, quer na nomeação de delegados. Por essa ocasião faremos sair o nosso órgão corporativo O Gráfico, que inserirá os trabalhos que serão presentes à conferência, bem como todos os elementos que nos sejam fornecidos pelas delegações ou pelos respetivos sindicatos, isto respeitante a todo o país.

— Como deveis já conhecer pelo nosso último comunicado, as direcções dos sindicatos de Lisboa, resolveram contribuir monetariamente para a sua saída, aguardando-nos que toda a restante organização se pronuncie no mesmo sentido. — Oxalá o vosso esforço seja compreendido bem interpretado pelo proletariado gráfico. Retorquem-nos:

— Temos essa convicção, porque de convidáremos os operários gráficos as maiores vítimas da luta tremenda que a burguesia tem travada contra nós, e para a qual nós somos simplesmente os mandatários da grande força constituída pela legião dos trabalhadores, e que sem seu concurso directo e activo nada poderia realizar.

— A saída da sede da Federação, de fronte à nos com Delfim de Sousa Pinheiro, agrégado ao secretariado para a realização dos trabalhos acima expostos, que, instado, nos prometeu em breve dizer também algo sobre tam momento assunto, do qual, julgamos, depende no futuro toda a vitalidade da organização gráfica.

— Os trabalhos que julgamos devem ser ali tratados são do mais alto interesse: para a gráfica, mas dumâ maneira

idade. E que — não digam a ninguém — a C. G. T. dispõe de grande fartura de notas falsas, razão porque se opõe à encomagem de moedas. Escusamos de confirmar esta versão da Epoca. Ela é tam verdadeira que já pensámos até em premiar o ilustre reporter daquela jornal, pelo seu espírito e expertise, com alguns maços de tostões estampados de fresco... —

Mas a base da grande e horrível revolução que está na forja não é bem a C. G. T., nem o partido comunista, nem os soviéticos do Alentejo, nem os cartazes na Aldeia do Sobral d'Adrião — é a Federação dos Sindicatos Revolucionários, instituição absolutamente nova, que todos desconheciam e que tem sede no Beato.

Outro trunfo do movimento revolucionário — lá o diz o nosso colega conservador — é um ferrovário que todos os dias lhe um exemplar atrasado da Tierra y Libertad. Porque será que o homem só lhe exemplares, atrasados, atraidos?... Mistério revolucionário... —

Há ainda as ligações com famosos bolxevistas espanhóis, russos e alemães; as inevitáveis, as fatais, as imprescindíveis, ordens de Moscú e o envio de emissários secretos, terríveis, tenebrosos, a Paris, Roma, Bruxelas, Londres e Madrid.

Não sabemos se-toda esta trahida atingiu o objectivo desejado: o aumento de tiragem e o uso do pacato burguês. Se atingiu — felicitamos o ilustre jornalista.

Porém, com o que A Epoca não contava; ao publicar duas estas invenções que nem as crianças enganam, é que A Batalha tem completo o seu dossier já bastante volumoso, ácraca de acções dos jesuítas e dos reacionários em Portugal. Não contava A Epoca que A Batalha estivesse apta a revelar casos sensacionais e verdadeiros ácraca de planos, reuniões e actos dos conservadores, dos reacionários. Esperávamos apenas uma boa oportunidade para lançar a campanha. Essa oportunidade surgiu Amanhã A Batalha começará a responder à fantasia do movimento extremista com a verdade dos manejos jesuíticos. Não saber os loitores que o perigo não é vermelho — é negro, negro como a sotaina dos padres.

Socialismo Libertário ou anarquismo por Silva Mendes

Com o fim de angariar a quantia necessária para se custear as despesas com o julgamento de Manuel Ramos, recebemos do Grupo «Os Rebeldes» um exemplar daquela preciosíssima obra sociológica, para ser ilustrada e entregue a maior oferente.

Tem já o lance de 50.000.

Quem da mais...

Contra o aumento do preço do pão

Uma sessão de protesto no Sindicato Único Metalúrgico do Porto

PORTO, 9.—A comissão administrativa do S. U. Metalúrgico, tornando na devida conta o recente apelo aos trabalhadores feito pela Confederação Geral do Trabalho e União dos Sindicatos Operários do Porto, resolvem iniciar uma série de sessões de protesto contra o aumento do custo da vida, dum modo especial, contra o projectado aumento do custo do pão.

Na sexta-feira passada, na vasta sala do Sindicato Metalúrgico, que estava completamente cheia de metalúrgicos ansiosos de exteriorizar a sua revolta, realizou-se a primeira dessa série de sessões, presidindo José dos Santos, secretário-geral por Francisco Baptista e Manuel Correia.

Depois de aberta a sessão o camarada presidente da palavra a Saul de Sousa, secretário-geral do sindicato, que, em resumo, afirmou o desejo do Sindicato Metalúrgico em não ficar indiferente ao que se passa, pois se tal sucedesse, o seu silêncio seria criminoso.

Que deseja o sindicato bem como toda a organização operária?

Marcas, acenutou bem a sua repulsa por todos os que vivem do roubo e do latrocínio legal.

Já a C. G. T. e a U. S. O. local deu o seu grito de alarme.

Por isso o Sindicato promoveu aquela e muitas mais realizações, preparando assim a sua metalúrgica para no momento em que a Central do Proletariado dê o grito de avançar para a luta, não haver um só que recue.

Deseja-se que o pão não encareça mais, deixando também de aumentar tanto quanto a vida é indispensável.

Acusa vigorosamente ainda o camarada Saul de Sousa, a sinistra triade moagem, comércio e finanças, unidos e opõem-se ao cão a que chegam.

O pão — afirma — não pode estar a mercê de tais monstros que a seu talante despoiam das nossas vidas.

A indústria dos governantes e as ambicões dos políticos de todas as cores e feitos, completam o negro quadro.

Vai a C. G. T. preparar naturalmente um grandioso movimento nacional de protesto contra o premeditado aumento do custo do pão e supõem chegado o momento de as nossas exigências não ser só o pão porque nem só o pão se vive.

Porém, para que esse movimento seja o éxito necessário, torna-se imprescindível a preparação para a luta.

Eis o que o S. U. Metalúrgico está fazendo. Joaquim Mendes Gomes, Anacácio Ramos e Reinaldo Borges, em vigorosos discursos atacam a reacção político-económica, e acusam ao mesmo tempo os trabalhadores de serem elas também responsáveis da triste situação económica em que se debate o povo; sua indiferença ás questões sociais, sua cobardia para com os exploradores do seu trabalho, onta coisa não podia gerar. Por último é aprovada a seguinte moção:

— Considerando que a ladraçaria engana muita vez, de comum acordo com os ministros e demais políticos seus lacaios, pretendem aumentar o custo do pão, cujo preço já sobe ao cípulo do deserto.

Considerando que não só o pão como todos os géneros indispensáveis à vida, incluindo o vestuário, sobem tam bem diariamente dumâ maneira verdadeiramente assustadora.

Exposição de pomicultura

Encerra-se hoje a exposição que, promovida pela Companhia Hortícola, do Porto, foi antecipada inauguração na sausal do Sítio, do Rossio.

A exposição está patente das 15 a 20 horas.

Considerando que este estado de coi-

A BATALHA

O Combóio n.º 6

é o maior dos êxitos teatrais - Hoje - Teatro Apolo - A seguir: Os Mineiros

Vida Sindical

C. G. T.

Conselho Confederal

Reuniu ontem o conselho confederal, presidindo Daniel Neto Batalha e secretariando Alfredo Pinto e José Dias Lobo.

O expediente constava: um ofício da organização local de Vendas Novas

pedindo delegado para o dia 14 do corrente, sendo nomeado Inácio Marques;

outro da Federação Metalúrgica, acreditando delegado ao conselho José Joaquim Pontes; outro do mesmo organismo

pedindo auxílio monetário para fazer a sua propaganda, resolvendo-se que a C. G. T. nomeie delegados de preferência metalúrgicos para localidades onde possam fazer propaganda não

da organização geral como da respectiva Federação, falando sobre o assunto Inácio Marques, Alexandre Assis e Jerônimo de Sousa, perguntando este delegado se é possível estabelecer critério igual para outra indústria, ao que o secretário geral expõe o seu modo de ver em princípio, fazendo também Amaro Marçalino várias considerações;

outro ofício da Federação das Juventudes sindicais pedindo auxílio para efectivar o seu congresso, apresentando Jerônimo de Sousa a seguinte proposta:

— Propõe-se, em conformidade com as resoluções do congresso da Covilhã, que a C. G. T. na medida das suas posses, auxílio a Federação das Juventudes na realização do seu congresso.

Foi também lido um ofício da Comunidade de Barcarena pedindo um delegado para um comício anti-clerical que ali se efectua no dia 14 do corrente.

Inácio Marques concorda que vá delegado, visto serem igreja e militismo os piores males existentes e propõe que seja nomeado Jerônimo de Sousa.

Jerônimo de Sousa não aceita e diz que está muito certo a C. G. T. fazer representar nesse comício por em outra ocasião se ter negado a cooperar.

Silva Campos diz que o lado de onde se pode encarar o comício divide-se em dois pontos. O primeiro, a entidade que o promove, e o segundo o que nele se vai versar. Só quando a dignidade da organização seja posta em cheque é que este se deve recusar à sua colaboração.

Não deve, pois, existir motivo para desanimar, considerando prematuros e exemplares todos os boatos que nos mesmos dias têm circulado.

Considerando que isso é um sonismo

porque a greve foi votada por não

ter sido atendida a nossa reclamação,

considerando que os proprietários

de Cafés, Hotéis e Restaurantes em

nada modificaram a sua altitude em re

ferência à reclamação da nossa classe,

considerando que os sindicatos

pediram auxílio para a realização da

reunião de ontem

Com enorme concorrência, reuniram

ontem os grevistas, tendo usado da

palavra vários oradores que salientaram a

perfeita solidariedade existente na classe,

Foi aprovada por aclamação a

reunião seguinte:

— Considerando que os proprietários

de Cafés, Hotéis e Restaurantes em

nada modificaram a sua altitude em re

ferência à reclamação da nossa classe,

considerando que os sindicatos

pediram auxílio para a realização da

reunião de ontem:

— Mantendo-se a solidariedade operária.

— Considerando que os proprietários

de Cafés, Hotéis e Restaurantes em

nada modificaram a sua altitude em re

ferência à reclamação da nossa classe,

considerando que os sindicatos

pediram auxílio para a realização da

reunião de ontem:

— Mantendo-se a solidariedade operária.

— Considerando que os proprietários

de Cafés, Hotéis e Restaurantes em

nada modificaram a sua altitude em re

ferência à reclamação da nossa classe,

considerando que os sindicatos

pediram auxílio para a realização da

reunião de ontem:

— Mantendo-se a solidariedade operária.

— Considerando que os proprietários

de Cafés, Hotéis e Restaurantes em

nada modificaram a sua altitude em re

ferência à reclamação da nossa classe,

MINAS DE SÃO DOMINGOS

Crónicas de viagem

Um princípio moral que não se devia deixar perder

SÃO DOMINGOS. 7.—Afinal o que mandei dizer na primeira crónica relativamente à serra de Méia Iola não está certo e carece de rectificação imediata. Notas mentais colhidas em conversas por assim dizer despreocupadas, ou informes incompletos dados por pessoas bem intencionadas mas desconcededoras dos factos e seus derivantes engendraram uma informação errada que me apressou a esclarecer.

O assunto, de resto, é interessante e não tem pouca importância para os povos da serra, que estão sendo esbarrados de direitos de que já gozaram e que, de novo, e muito justificadamente, pretendem gozar.

Falando aqui com várias pessoas a respeito da informação em referência, logo me objectaram que tal informação não estava de acordo com a verdade dos factos. Umas apresentavam a questão com uns pormenores, outras com outros, mas que se completavam. De entre todas uma escolhi, cujo nome não vem para o caso, das que me pareceram menos interessadas por qualquer das correntes — creio haver três, distinções e uma só verdadeira. — para me informar com toda a imparcialidade.

— A questão é realmente mais complicada, tem mais nuances do que as que poderiam corresponder à informação simples e optimista, que v. enviou para *A Batalha* — diz-me o meu caro entrevistado.

— Então a serra não foi alugada, em pequenas porções aos habitantes?

— Não senhor. A serra era considerada manjão onde os povos da margem esquerda do Guadiana iam buscar lenha. A câmara não tinha interferência alguma na mesma. E uns indivíduos de nome José Carrasco e António Romana principiaram por cultivar algumas porções de terreno, até alinhar, como toda a serra. Esse cultivo estendia-se cada vez mais e o povo princípio a desconfiar...

— Interviei, não?

— Ou porque alguém lho dissesse ou por mera desconfiança, o certo é que principiou a afirmar que se aqueles indivíduos continuassem a cultivar livremente aqueles terrenos, ao cabo de 20 anos lhes poderiam chamar seus. Correndo aquela afirmação de boca em boca, de povoação em povoação, como um rastilho incendiado, dentro de pouco todos aqueles habitantes se reuniram, fôr-se aos terrenos cultivados e destruíram os telhados das casas, as arvores, alinharam os pôcos e desapareceram aqueles que de terrenos se haviam a osado.

— E depois?

— Aquelas, os Carrasco e Romana, foram forçados a abandonar as terras e diz-se até que morreram de paixão e de desespero...

— Mas, toda a serra está cultivada...

— Sim, senhor, está.

— Quem o cultiva?

— Eu lhe respondo: o povo, depois de ter desapossado aqueles donos, impôs o regime do cano e vez, e principiou a cultivar toda a serra.

— Mas, que é que se entende por «ano e vez»?

— «Ano e vez» é isto: cada um dos habitantes tem direito a cultivar a porção de terra que lhe cabe em «sorte» durante dois anos. Um ano cultiva trigo e no ano seguinte, cevada. Depois, terá novas «sortes», cada habitante vai cultivar, não a mesma porção de terra, mas outra.

— E como procede o povo a essa distribuição?

— Todos os anos, na manhã de São João, ao nascer do sol — o que chegar depois já não tem direito... — reúnem-se os habitantes na serra, nas partes correspondentes às respectivas freguesias, medem o terreno que cabe a cada uma delas — talvez por uma forma que v. acha engraçada, mas que é simples e facilmente compreensível pelo povo: são, por exemplo, 10 habitantes os que estão reunidos para tirar as «sortes», medem o terreno que lhes cabe às passadas — tântos passos numa direção, tântos passos em eraz...

— Conhecido o número de passos quâdrados que tem o terreno, fazem a divisão. São, por exemplo, 50 passos de comprimento? Ai é colocada uma acha de lenha com uma pedra em cima. São 50 de largura? Ai é colocado idêntico sim, e assim sucessivamente para cada um dos habitantes sorteados. Deste modo é feita a distribuição e a isso chama o povo a «assunção da serra, ao romper o sol na manhã de São João»...

— Subsiste ainda esse costume é claro...

— Em parte. Desgraçadamente para os pobres, em parte...

— Explique-me lá isso...

— Com o tempo parece que parte do povo se foi desinteressando... Havia habitantes que talvez por não poderem ou mesmo por não quererem cultivar o terreno que lhe tocava, davam a «sorte» a qualquer vizinho, sem contudo ficarem sem direito à «sorte» da manhã de São João do ano seguinte. Outros, que deixaram de cultivar a cevada e passaram a cultivar só trigo. Estes foram-se tornando o maior número e com isto iam constituinte maioria, faziam parte e sempre que o povo se reunia, há um tempo a essa parte, para fazer a distribuição das sortes estes opõem-se, como o que há para distribuir é agora bem reduzido, muitos habitantes já nem vão à serra, descorografados, ou se lá vêm e tomam «sorte», quase acabam por abandonar e desta maneira queles que já estão ou pretendem ficar senhores do terreno, vão estendendo as suas searas espalhando sempre pequenas courelas nos outros, aumentando assim porções de terreno que lhes não pertencem.

— Afinal, desse modo, o antigo costume vai desaparecendo e parece que, de facto, o que era de todos, passa a ser de poucos — objecto ao meu amável entrevistado.

— Sem dúvida. Parece até que esta em juiz uma demanda por causa dum proprietário que abusivamente se criou na serra — coisa que noutras tempos nunca existiu — e que dizem ter sido vendida por um tal sr. major Alberto dos drs. srs. Ringel Sampaio e Celorico Gil — esse tal sr. derrotado que na respectiva câmara não barulhou contra imoralidade.

— E o povo que faz agora?

— O povo já antes de saber da venda de Vale do Corvo — nome daquela praia — é esse vale, que, como toda a serra, é seu — foi-se lá e destruiu tudo, parecendo-mo até que é esse maior desastre?

— Mas, pertencendo a serra ao concelho, porque não intervém a respectiva câmara?

— A câmara, em tempos, quiz mesmo apoderar-se da serra, mas o povo não consentiu. Ultimamente procurou intervir na distribuição da serra.

— E não conseguiu?

— Não, porque interveiu uma comissão que uma parte do povo nomeou.

— Em que sentido interveiu?

— Eu lhe explico: a câmara, ao intervir, pretendia fazer a distribuição, mas com a condição de por cada «sorte» colher um tributo. Essa comissão, em nome do povo, opôz-se-lhe, declarando que a serra seria dividida sem encargo algum para os habitantes.

— Então?

— Então, essa comissão o que parece é que quis fazer simplesmente um jongo eleitoral...

— Política, no caso...

— Política, sim, senhor! Os componentes dessa comissão são todos do partido nacionalista e como quem está na câmara, quando esta quis intervir, eram os democráticos, aquela oposição — o povo só o viu agora — teve todo o caráter duração ação política para os nacionalistas tomarem o município.

— Bem, mas, agora que câmara e comissão pertencem àquele partido, tudo parece combinar-se para que a serra seja, de facto, e de direito, olvidada, não parecer?

— Qual quê? A luta continua. Mas agora mudou de face. Aquela comissão pretende que a serra seja dividida unicamente pelos habitantes que aqui têm nascido e aqui tivessem sido baptizados e aqui sejam residentes. Os democráticos, por sua vez, pretendem que a serra seja dividida por todos os que no concelho tenham uns tantos anos de residência, embora não nascem sem se baptizarem os desacordos entre a Rússia e a Geórgia.

— E é então uma questão que promete...

— Agora, como os democráticos estão de posse do poder administrativo já prometeram intervir. Mas nada de prático lizaram a questão...

— ...Continuará...

— Continuaria, sim, enquanto o povo não se resolver a correr com todos os políticos, nacionalistas, democráticos, todos os que prometem em tempo de eleições e que depois tudo respequem, enganando sempre o povo. Eu não tenho dividas a tal respeito quanto o povo não é à serra correr com os que se apossaram das terras e voltar à antiga tradição, conquistando um velho direito, nada em seu favor se resolverá.

Assim terminou a entrevista. Por mim nada tenho a objectar — nem a crescentar.

M. J. de SOUSA

— Entendo que a serra não foi alugada, em pequenas porções aos habitantes?

— Não senhor. A serra era considerada manjão onde os povos da margem esquerda do Guadiana iam buscar lenha. A câmara não tinha interferência alguma na mesma. E uns indivíduos de nome José Carrasco e António Romana principiaram por cultivar algumas porções de terreno, até alinhar, como toda a serra. Esse cultivo estendia-se cada vez mais e o povo princípio a desconfiar...

— Interviei, não?

— Ou porque alguém lho dissesse ou por mera desconfiança, o certo é que principiou a afirmar que se aqueles indivíduos continuassem a cultivar livremente aqueles terrenos, ao cabo de 20 anos lhes poderiam chamar seus. Correndo aquela afirmação de boca em boca, de povoação em povoação, como um rastilho incendiado, dentro de pouco todos aqueles habitantes se reuniram, fôr-se aos terrenos cultivados e destruíram os telhados das casas, as arvores, alinharam os pôcos e desapareceram aqueles que de terrenos se haviam a osado.

— E depois?

— Aquelas, os Carrasco e Romana, foram forçados a abandonar as terras e diz-se até que morreram de paixão e de desespero...

— Mas, toda a serra está cultivada...

— Sim, senhor, está.

— Quem o cultiva?

— Eu lhe respondo: o povo, depois de ter desapossado aqueles donos, impôs o regime do cano e vez, e principiou a cultivar toda a serra.

— Mas, que é que se entende por «ano e vez»?

— «Ano e vez» é isto: cada um dos habitantes tem direito a cultivar a porção de terra que lhe cabe em «sorte» durante dois anos. Um ano cultiva trigo e no ano seguinte, cevada. Depois, terá novas «sortes», cada habitante vai cultivar, não a mesma porção de terra, mas outra.

— E como procede o povo a essa distribuição?

— Todos os anos, na manhã de São João, ao nascer do sol — o que chegar depois já não tem direito... — reúnem-se os habitantes na serra, nas partes correspondentes às respectivas freguesias, medem o terreno que cabe a cada uma delas — talvez por uma forma que v. acha engraçada, mas que é simples e facilmente compreensível pelo povo: são, por exemplo, 10 habitantes os que estão reunidos para tirar as «sortes», medem o terreno que lhes cabe às passadas — tântos passos numa direção, tântos passos em eraz...

— Conhecido o número de passos quâdrados que tem o terreno, fazem a divisão. São, por exemplo, 50 passos de comprimento? Ai é colocada uma acha de lenha com uma pedra em cima. São 50 de largura? Ai é colocado idêntico sim, e assim sucessivamente para cada um dos habitantes sorteados. Deste modo é feita a distribuição e a isso chama o povo a «assunção da serra, ao romper o sol na manhã de São João»...

— Subsiste ainda esse costume é claro...

— Em parte. Desgraçadamente para os pobres, em parte...

— Explique-me lá isso...

— Com o tempo parece que parte do povo se foi desinteressando... Havia habitantes que talvez por não poderem ou mesmo por não quererem cultivar o terreno que lhe tocava, davam a «sorte» a qualquer vizinho, sem contudo ficarem sem direito à «sorte» da manhã de São João do ano seguinte. Outros, que deixaram de cultivar a cevada e passaram a cultivar só trigo. Estes foram-se tornando o maior número e com isto iam constituinte maioria, faziam parte e sempre que o povo se reunia, há um tempo a essa parte, para fazer a distribuição das sortes estes opõem-se, como o que há para distribuir é agora bem reduzido, muitos habitantes já nem vão à serra, descorografados, ou se lá vêm e tomam «sorte», quase acabam por abandonar e desta maneira queles que já estão ou pretendem ficar senhores do terreno, vão estendendo as suas searas espalhando sempre pequenas courelas nos outros, aumentando assim porções de terreno que lhes não pertencem.

— Afinal, desse modo, o antigo costume vai desaparecendo e parece que, de facto, o que era de todos, passa a ser de poucos — objecto ao meu amável entrevistado.

— Sem dúvida. Parece até que esta em juiz uma demanda por causa dum proprietário que abusivamente se criou na serra — coisa que noutras tempos nunca existiu — e que dizem ter sido vendida por um tal sr. major Alberto dos drs. srs. Ringel Sampaio e Celorico Gil — esse tal sr. derrotado que na respectiva câmara não barulhou contra imoralidade.

— E o povo que faz agora?

— O povo já antes de saber da venda de Vale do Corvo — nome daquela praia — é esse vale, que, como toda a serra, é seu — foi-se lá e destruiu tudo, parecendo-mo até que é esse maior desastre?

— Mas, pertencendo a serra ao concelho, porque não intervém a respectiva câmara?

— A câmara, em tempos, quis mesmo apoderar-se da serra, mas o povo não consentiu. Ultimamente procurou intervir na distribuição da serra.

— E não conseguiu?

— Não, porque interveiu uma comissão que uma parte do povo nomeou.

— Em que sentido interveiu?

— Eu lhe explico: a câmara, ao intervir, pretendia fazer a distribuição, mas com a condição de por cada «sorte» colher um tributo. Essa comissão, em nome do povo, opôz-se-lhe, declarando que a serra seria dividida sem encargo algum para os habitantes.

— E é então uma questão que promete...

— Agora, como os democráticos estão de posse do poder administrativo já prometeram intervir. Mas nada de prático lizaram a questão...

— ...Continuará...

— Continuaria, sim, enquanto o povo não se resolver a correr com todos os políticos, nacionalistas, democráticos, todos os que prometem em tempo de eleições e que depois tudo respequem, enganando sempre o povo. Eu não tenho dividas a tal respeito quanto o povo não é à serra correr com os que se apossaram das terras e voltar à antiga tradição, conquistando um velho direito, nada em seu favor se resolverá.

Assim terminou a entrevista. Por mim nada tenho a objectar — nem a crescentar.

M. J. de SOUSA

— Entendo que a serra não foi alugada, em pequenas porções aos habitantes?

— Não senhor. A serra era considerada manjão onde os povos da margem esquerda do Guadiana iam buscar lenha. A câmara não tinha interferência alguma na mesma. E uns indivíduos de nome José Carrasco e António Romana principiaram por cultivar algumas porções de terreno, até alinhar, como toda a serra. Esse cultivo estendia-se cada vez mais e o povo princípio a desconfiar...

— Interviei, não?

— Ou porque alguém lho dissesse ou por mera desconfiança, o certo é que principiou a afirmar que se aqueles indivíduos continuassem a cultivar livremente aqueles terrenos, ao cabo de 20 anos lhes poderiam chamar seus. Correndo aquela afirmação de boca em boca, de povoação em povoação, como um rastilho incendiado, dentro de pouco todos aqueles habitantes se reuniram, fôr-se aos terrenos cultivados e destruíram os telhados das casas, as arvores, alinharam os pôcos e desapareceram aqueles que de terrenos se haviam a osado.

— Afinal, desse modo, o antigo costume vai desaparecendo e parece que, de facto, o que era de todos, passa a ser de poucos — objecto ao meu amável entrevistado.

— Sem dúvida. Parece até que esta em juiz uma demanda por causa dum proprietário que abusivamente se criou na serra — coisa que noutras tempos nunca existiu — e que dizem ter sido vendida por um tal sr. major Alberto dos drs. srs. Ringel Sampaio e Celorico Gil — esse tal sr. derrotado que na respectiva câmara não barulhou contra imoralidade.

— E o povo que faz agora?

— O povo já antes de saber da venda de Vale do Corvo — nome daquela praia — é esse vale, que, como toda a serra, é seu — foi-se lá e destruiu tudo, parecendo-mo até que é esse maior desastre?

— Mas, pertencendo a serra ao concelho, porque não intervém a respectiva câmara?

— A câmara, em tempos, quis mesmo apoderar-se da serra, mas o povo não consentiu. Ultimamente procurou intervir na distribuição da serra.

— E não conseguiu?

— Não, porque interveiu uma comissão que uma parte do povo nomeou.

